



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 020

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 02 DE ABRIL DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - PFL

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Cláudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Luiz Nishimori
PFL Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Cláudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **PFL** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 020

19ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	2
Presenças	2
Abertura da Sessão	3
Expediente:	
Telegramas	3
Comunicados	3
Ofícios	3
Indicações	3
Designação	4
Requerimentos	4
Projetos de Lei	9
Pequeno Expediente:	
Dep. Jocelito Canto	17
Horário das Lideranças:	
Liderança do PTB	
Dep. Jocelito Canto	17
Liderança do PP	
Dep. Antonio Belinati	18

Liderança do Bloco PPS/PMN	
Dep. Marcelo Rangel	19
Liderança do PDT	
Dep. Edgar Bueno	20

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente	21
Discussão / Votação:	
Redação Final	22
2ª Discussão	22
1ª Discussão	22
Requerimentos	27

Encerramento da Sessão28

Publicações:

Comissão Executiva	
Atos	28
Diretoria Geral	
Portarias	30
Audiência Pública	
Ata	31

Publicações Administrativas:

Despacho Diretor Geral	32
Aditivo Contratual	32

DIÁRIO Nº 020

19ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2007

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Alexandre Curi e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Jocelito Canto, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (42).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Luiz Carlos Martins, Luiz Eduardo Cheida e Plauto Miró (06).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Ney Leprevost e Teruo Kato (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Telegramas

Do Ministério da Saúde sob o nº 000009/MS/SE/FNS, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional da Saúde para o Instituto de Saúde do Paraná, no valor de R\$269.330,70 para pagamento de Teto Financeiro de Vigilância em Saúde - TFVS. **Ao conhecimento da Casa.**

Do Ministério da Saúde sob o nº 000019/MS/SE/FNS, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional da Saúde para a Prefeitura Municipal de Curitiba, no valor de R\$292.998,70 para pagamento de Teto Financeiro de Vigilância em Saúde - TFVS.

Comunicados

Sob o nº AL000092/07, do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros para a Secretaria de Estado da Educação junto ao Programa PNAE. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000093/07, do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros para a Secretaria de Estado da Educação junto ao Programa PNAC - PNAE Creche. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000094/07, do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros para a Secretaria de Estado da Educação junto ao Programa PNAI - PNAE Indígena. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 116/07/GD do Sr. Eurico Vidal Júnior, Diretor do Tribunal de Justiça do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Barbosa Neto, sobre a Previsão de Execução das Obras de Ampliação e Reformas do Fórum de Londrina. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 65/07 - SEMA/GS do Sr. Lindsley da Silva Rasca Rodrigues, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Barbosa Neto, que pede esclarecimentos sobre as fiscalizações realizadas e as providências tomadas em relação ao flagrante desrespeito às portarias e decretos do IBAMA, que determinam o período da piracema nos rios paranaenses. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Ofícios

OFÍCIO Nº 068/07

Curitiba, 02 de abril de 2007.

Senhor Presidente:

Com meus melhores cumprimentos, dirijo-me a V. Exa. para justificar minha ausência das Sessões Plenárias de hoje, 02/04/07, à próxima quinta-feira, 05/04/07, por estar convalescendo de uma intervenção cirúrgica, portanto impossibilitado de participar dos trabalhos legislativos, nesses dias.

Limitado ao exposto, manifesto a V. Exa. meu apreço e consideração.

(a) LUIZ ACCORSI

OFÍCIO S/N

Curitiba, 02 de abril de 2007.

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, solicita que seja justificado o não comparecimento às Sessões Plenárias, desde o dia 29 de março, a contar 10 (dez) dias.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se ausência nas Sessões Plenárias, no período de 10 (dez) dias, conforme recomendação médica.

Indicações

INDICAÇÃO Nº 043/07

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná.

O Deputado Jocelito Canto dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1) Isenção da cobrança de taxa de inscrição em concursos públicos estaduais, para pessoas desempregadas e, conseqüentemente, sem condições financeiras para efetuar sua inscrição sem comprometer sua subsistência e de seus dependentes.

2) O Poder Executivo disciplinará as condições operacionais para comprovação desta limitação financeira de que trata a presente indicação.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

Grande parte dos cidadãos deixa de se inscrever em concursos públicos por não dispor do valor cobrado como taxa de inscrição, deixando de exercer um direito, não por falta de vontade e sim por não ter condições financeiras para exercê-lo, sendo desta forma marginalizados por sua condição financeira.

A Constituição Federal no seu artigo 37, I, dispõe que: *os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei,...* . Sendo o concurso público direito de todos os cidadãos que se enquadram nas condições pré-estabelecidas no edital, não é justo que pessoas que atendem estes pré-requisitos não possam exercer seu direito, por não ter dinheiro para efetuar sua inscrição.

Cercear este direito aos cidadãos do Estado do Paraná é negar-lhes um direito garantido constitucionalmente.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 044/07

Ao Sr. Secretário de Transportes do Estado do Paraná - Rogério Walbach Tizzot.

Com fulcro no que autoriza o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em especial o artigo 127, o Parlamentar que abaixo subscreve vem solicitar de V. Exa.:

1) Proceder à realização da pavimentação asfáltica do trecho da PR-364, entre o Município de Inácio Martins e o Distrito Guará, do Município de Guarapuava, totalizando 28 quilômetros de asfalto.

2) Tal indicação justifica-se pelo benefício que trará ao desenvolvimento daquela região, servindo como rota alternativa para desvio de duas praças de pedágio.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) RIBAS CARLI FILHO

Designação

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa a Sra. Deputada Rosane Ferreira, para representar esta Casa de Leis no Seminário "A UNALE: Participação das Mulheres na Política" no dia 04 de abril do corrente ano, na Cidade de Brasília.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(aa) NELSON JUSTUS

ALEXANDRE CURI

LUCIANA RAFAGNIN

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 607

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 173/07 - Mensagem nº 010/07, que objetiva fixar, no âmbito do Estado do Paraná, o piso salarial de que trata o inciso V, do artigo 7º, da Magna Carta da República.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 613

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 167/07, de autoria deste Parlamentar, que denomina Professor Moacir Leme da Silva, o prédio do Colégio Estadual localizado na Rua Angelo Godoi, 470, Bairro Santos Dumont, em Cascavel.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de obra em fase de conclusão que para sua inauguração, e para denominá-lo, necessita de aprovação do nome do homenageado através de lei.

No ano passado, projeto de autoria deste Parlamentar, com o mesmo objeto, foi apresentado nesta Casa, porém não foi apreciado até o final da legislatura passada, e por força do Regimento Interno, arquivado, cujo mérito foi analisado pela Secretaria de Estado de Educação que se manifestou favorável à sua aprovação.

REQUERIMENTO Nº 639

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do parágrafo 3º, do artigo 185, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a dispensa de redação final das matérias constantes da Ordem do Dia desta data que não tenham sofrido emendas.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 661-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a votação nominal para o Projeto de Lei nº 099/06, item 08 da Ordem do Dia, que autoriza doação de imóvel através do IAPAR.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 628

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o adiamento de votação do Projeto de Lei nº 127/07, por três Sessões.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 626

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER a anexação dos Projetos de Lei nºs 180/07 e 181/07, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que trata do aumento do prazo para licença-maternidade para servidora pública.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 660

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 397/05, de minha autoria, que cria cursos preparatórios em estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino, aos processos seletivos (vestibular), para apoiar o ingresso de alunos de escola pública nas instituições de educação superior.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 620

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a criação do Bloco Parlamentar Agropecuário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que atuará nesta Casa de Leis durante a 16ª Legislatura.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) ELTON WELTER

REQUERIMENTO Nº 661

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM a Mesa Executiva desta Casa que, quando do pedido de instalação da Comissão prevista pelos artigos 35 e 36 do Regimento Interno, proceda a prévia análise do pedido através da Comissão Temática específica, conforme dispõe o artigo 29, parágrafo 1º, II, VIII e IX do Regimento Interno, como forma de prestigamento e ordenamento dos trabalhos legislativos, evitando assim, a exploração indevida e a denúncia vazia e em homenagem e respeito

aos trabalhos das Comissões Permanentes e a valorização do Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(aa) RENI PEREIRA, ROSANE FERREIRA, PASTOR EDSON PRACZYK e RIBAS CARLI FILHO.

REQUERIMENTO Nº 624

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o duto Plenário desta Casa de Leis, o uso do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 28 de maio de 2007, para homenagear a Refinaria Presidente Getúlio Vargas - REPAR pelos seus 30 anos de atividades no Paraná.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 625

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o duto Plenário desta Casa de Leis, o uso do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 16 de maio de 2007, para pronunciamento da Associação Brasileira de Enfermagem - Seção Paraná.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 646

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 16 de abril, para explanação da Sra. Márcia Lopes, Secretária Executiva do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para apresentar as Políticas Federais de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que vêm sendo desenvolvidas no Estado do Paraná em conjunto com o Governo Federal.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO Nº 658

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, o uso do Grande Expediente para o dia 10 de abril de 2007, a ser utilizado pela Direção do SINDSAUDE - Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos Estaduais dos Serviços de Saúde e Previdência do Paraná, na pessoa da Sra. Graziela Sternhein que fará o uso da palavra, representando a entidade, ocasião em que falará sobre o Plano de Cargos e Salários

do Servidor da Saúde e carga horária de trinta horas semanais.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 621

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Cassemiro Kovalski, ocorrido nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 627

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Júlia Quirino de Bastos, ocorrido no dia 27 de março, na Fazenda Rio Grande.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 79 anos de idade faleceu a Sra. Júlia Quirino de Bastos. Ela era irmã do funcionário deste Poder, Antonio Luiz Quirino Machado. Dona Júlia era do lar, deixou viúvo o Sr. Antonio Franco de Bastos, quatro filhos e cinco netos.

Seu passamento veio abrir lacuna difícil de ser preenchida no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-a ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos.

Sua família, a família que a adorava, despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüila, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Pedimos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares da Sra. Júlia Quirino de Bastos, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que

abalou a família Bastos, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 630

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento, no dia 29 de março de 2007, do professor Leopoldo Lopes Sobrinho, professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG há mais de 27 anos, respeitado e querido por seus amigos, alunos e colegas de trabalho.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada, Rua Dr. Colares, 573, Centro, CEP 84010-010, Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 642

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Armando Schiavinato, ocorrido nesta data, 02 de abril de 2007.

Requer ainda, seja oficiado à família enlutada, na pessoa de seu filho, o Sr. José Carlos Schiavinato, Prefeito do Município de Toledo, com endereço à Rua Raimundo Leonardi, 1586, CEP 85.900-110 - Toledo/PR.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 608

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de voto de congratulações ao Comandante do Batalhão de Polícia Ambiental - Força Verde, Tenente-Coronel Sérgio Filardo, pelo aniversário de 50 anos da corporação.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia do presente ao Tenente-Coronel QOPM Sérgio Filardo, no endereço: Avenida Comendador Franco, 10.000 - São José dos Pinhais/PR, Parque Metropolitano, CEP 83040-300.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) WALDYR PUGLIESI

REQUERIMENTO Nº 609

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de voto de congratula-

ções ao Prefeito Municipal de Godoy Moreira, pelo 18º aniversário de emancipação política do Município.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia do presente ao Prefeito José Antonio Cezário, no endereço: Rua Campo Mourão, 184 - Godoy Moreira/PR, CEP 86938-000.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) WALDYR PUGLIESI

REQUERIMENTO Nº 619

Senhor Presidente:

As Bancadas do Partido dos Trabalhadores e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, através de seus Líderes, que ao final subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais REQUEREM, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de votos de congratulações aos Ministros do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, pela decisão de que os mandatos obtidos nas eleições, pelo sistema proporcional, pertencem aos Partidos políticos ou às coligações e não aos candidatos eleitos, decisão que irá contribuir com a consolidação da democracia em nosso País.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(aa) ELTON WELTER

WALDYR PUGLIESI

REQUERIMENTO Nº 622

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de votos de congratulações a ilustre Deputada Cida Borghetti, que recebeu o Prêmio Personalidade Revelação da Política - Personalitté 2006.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 629

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos, voto de congratulações à Rádio Paiquerê AM, de Londrina, que comemora 50 anos de fundação, no corrente ano. A emissora, há 35 anos é de propriedade do empresário João Baptista Faria, carinhosamente chamado de J.B. Faria e, sem nenhum exagero, destaca-se dentre as três melhores estações de rádio de todo o Brasil. Com notável credibilidade junto ao empresariado e, especialmente com seus milhares de ouvintes no Norte do Paraná, a Paiquerê AM tem projeção no Brasil e no exterior, com sua programação na internet. Esporte, jornalismo, utilidade pública e uma moderna programação comandada por comunicadores de primeira linhagem e uma equipe de mais de cinquenta funcionários, são alguns dos muitos pontos que transformaram a Paiquerê AM numa das melhores e mais respeitadas emissoras de rádio do Brasil.

Requeiro que a homenagem desta Casa de Leis seja comunicada ao Sr. J. B. Faria, na sede da emissora, à Avenida Higienópolis, 2100, CEP 86015-905, Cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 654

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos, voto de congratulações pela realização da 33ª Festa do Peão de Boiadeiro, realizada de 23 de março a 01 de abril do corrente ano, no Município de Colorado, neste Estado.

Requer ainda, seja dada ciência deste requerimento ao Sr. Marcos José Consalter de Mello, DD. Prefeito Municipal, à Avenida Brasil, nº 1250, CEP 86690-000 - Colorado/PR.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Conhecido nacionalmente como a Capital do Rodeio no Estado do Paraná, o Município de Colorado, a cada edição da Festa do Peão de Boiadeiro, vem oferecendo novas atrações e recebendo um número maior de visitantes. Atualmente, o rodeio de Colorado já pode competir com os rodeios paulistas, sendo considerado o segundo maior do Brasil.

O evento, que já é tradição no Município e no Estado, realiza-se anualmente, no Parque de Rodeios Benedito Ignácio Ribeiro, atraindo pessoas dos mais diversos lugares.

Promovido pela Associação dos Agropecuaristas da região, contando com o apoio da Prefeitura Municipal e do comércio em geral, a Festa do Peão de Boiadeiro já faz parte do calendário oficial de eventos turísticos do Paraná e projeta o Município em âmbito nacional.

REQUERIMENTO Nº 657

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Francisco Lubanski Júnior e Elvira Ramos Lubanski, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Ouro.

A união do casal iniciou-se com muito amor, e que, por manter as suas raízes no equilíbrio, foi se firmando no dia-a-dia, através da convivência ao longo desses anos. Uma vivência progressiva e madura não tende a acabar, mas amplia-se, uma vez que cada um passa a conhecer vícios e virtudes, manias e costumes do outro. O equilíbrio de amor promoveu a prática da justiça e da bondade, da cooperação e do dever, da afetividade e

advertência amadurecidas. O casamento é uma grande escola e esse casal soube construir seu lar em pilares sólidos, aprendendo a arte do convívio, da fraternidade, da solidariedade, sempre cultivando o afeto e respeito. Sentimos muito orgulho em compartilhar com o casal, sua família e conhecidos, essa data tão importante que está sendo comemorada.

Que, ao renovarem seu matrimônio, Deus, em seu infinito amor, os cubra de bênçãos, guiando seus passos e iluminando suas vidas.

Nossos sinceros cumprimentos, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 653

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de louvor ao Pastor da Igreja Assembléia de Deus, Luiz Carlos Leite, pelos relevantes trabalhos feitos em prol da sociedade de Carambeí e região, tendo conquistado respeito não só de seus congregados como de autoridades e da população em geral.

Requer ainda, que seja confeccionado diploma e se dê ciência ao homenageado através de correspondência a ser encaminhada a Igreja Assembléia de Deus, Rua Rio de Janeiro, nº 35, Jardim Brasília - Carambeí/PR.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 640

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Maurício Requião, DD. Secretário de Estado da Educação, solicitando a construção de prédio para abrigar o Colégio Estadual Tancredo Neves, do Município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Tancredo Neves localiza-se no Bairro Parque Independência, sendo o maior bairro do Município.

No ano de 2006, atendeu cerca de 540 alunos e atualmente está sendo construído um loteamento próximo ao colégio que abrigará cerca de quatrocentas novas famílias, aumentando ainda mais a procura por matrículas para o ano de 2008.

REQUERIMENTO Nº 641

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Maurício Requião, DD. Secretário de Estado da Educação, solicitando a construção de quadra coberta no Colégio Estadual Maralúcia/Escola Municipal São Luiz, de Medianeira.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Maralúcia/Escola Municipal São Luiz, contam com 185 alunos, além do Ensino Médio autorizado para ser implantado em breve.

É imprescindível a construção da quadra coberta, tendo em vista que a região é uma das mais quentes do Estado e servirá para melhor atender os alunos, proporcionando um ambiente agradável para a realização de atividades físicas.

O referido pedido beneficiará alunos que fazem parta das comunidades: Santa Rita, São Valentim, Sanga Seca, Linha Sávio, Linha Alegria, São Bernardo, Linha Salvador, Saltinho e Maralúcia.

REQUERIMENTO Nº 610

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção de 04 (quatro) redutores de velocidade na PR-486, sendo 02 (dois) nas imediações do trevo de acesso a Brasilândia do Sul e 02 (dois) próximos à entrada da localidade de Ercilândia.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Uma rodovia com tráfego intenso de caminhões e automóveis, que liga importantes regiões e cidades da Região Noroeste do Estado.

Preocupam-se as autoridades de Brasilândia do Sul com o crescente número de acidentes, causando prejuízos e ceifando vidas.

Conhecendo a rodovia e os referidos trevos e entroncamentos, nos somamos à iniciativa e solicitamos providências por parte do DER do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 650

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, seja enviado expediente ao Sr. Dr. Rogério Wallbach Tizzot Secretário de Estado dos Transportes do Estado do Paraná, solicitando a realização de estudos sobre a viabilidade da construção de uma trincheira ligando a Rua Paulo Jacometto à Estrada Caraná, no Município de Marialva.

O pedido se justifica pela dificuldade que os veículos têm para adentrarem à rodovia e também pelo fato de grande movimento no local, o que tem resultado em aci-

dentes de sérias proporções, colocando em risco de morte seus usuários.

Desta forma, encarece o requerente as providências urgentes e necessárias para se oferecer uma melhor qualidade de atendimento à população de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 651

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Sr. Vitor Hugo Ribeiro Burko, Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, solicitando a realização de estudos para atender a reivindicação da Associação dos Pescadores de Inajá, que precisam da expedição da devida licença do IAP para a implantação dos sistemas de tanques redes no Rio Paranapanema, represa de Rosana.

O pedido se justifica pelo fato de que mais de cem pescadores profissionais, devidamente regularizados terem montado um projeto de tanques redes, com 28 pescadores inscritos, com dez tanques cada, perfazendo um total de 280 tanques, condição necessária para sua sobrevivência.

Desta forma, encarece o requerente as providências urgentes e necessárias para se oferecer uma melhor qualidade de atendimento à população de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 656

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Ricardo Emílio Michel - Vila Olinda - Bairro CIC, que pedem maior atenção aos moradores da localidade, tendo em vista que estão encontrando dificuldades quando necessitam da ação da polícia. Ocorre que nessa vila não existem viaturas realizando policiamento e quando os moradores realizam denúncias de ocorrências, não são atendidos e não há retorno por parte da polícia. Muitas vezes são obrigados a fazer denúncias anônimas com medo de repreensão, e as atendentes nem registram a queixa. A comunidade toda encontra-se apavorada pela falta de segurança, motivo pelo qual pedem policiamento ostensivo.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 649

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências regimentais, REQUER pedido de informa-

ções, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, para que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes do Estado do Paraná, Rogério Wallbach Tizzot, para que este forneça informações acerca da obra de duplicação da rodovia Maringá - Campo Mourão. Informar se a obra está em andamento ou paralisada. Se em andamento, informar a previsão de término, e se paralisada a data de sua paralisação e os motivos, além do prazo previsto para retomada dos trabalhos. Que se junte documentos comprovando tais informações.

Agradeço antecipadamente, certo de que com respeito à atuação deste Parlamentar, receberemos o quanto antes as respostas necessárias ao esclarecimento da questão.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 191/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibido, no período noturno, o trânsito de locomotivas e composições de carga, cujas vias férreas atinjam, cruzem ou adentrem o perímetro urbano dos Municípios do Estado do Paraná.

§ 1º A aplicabilidade contida no *caput* deste artigo, não se estende à trens de turismo, de passageiros e cuja carga seja, em sua totalidade, perecível.

§ 2º É considerado período noturno, para fins desta lei, o horário compreendido entre 22h00 às 07h00.

Art. 2º A emissão dos níveis excessivos de ruídos, em decorrência de quaisquer atividades, inclusive ao tráfego e apito de trens, estão incluídos entres os sujeitos ao controle da poluição de meio ambiente e, obedecerá, no interesse da saúde, do sossego público, aos padrões, critérios e diretrizes estabelecidos nesta lei e, em conformidade com a Resolução/CONAMA nº 001, de 08 de março de 1990.

Art. 3º São prejudiciais à saúde e ao sossego público, para os fins do artigo anterior, os ruídos com níveis superiores aos considerados aceitáveis pela norma NBR 10.152 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Art. 4º Os fiscais da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, no exercício da ação fiscalizadora, têm a entrada franqueada nas dependências da fonte poluidora, onde podem permanecer pelo tempo que se fizer necessá-

rio, ou quando solicitados para fazer medições de ruídos em locais externos atingidos ao da fonte de origem.

Art. 5º Consideram-se prejudiciais à saúde, à segurança ou ao sossego público e bem-estar da comunidade quaisquer ruídos que:

I - atinjam, no ambiente exterior ao recinto em que têm origem, nível sonoro superior a 85 (oitenta e cinco) decibéis, medidos na curva C do Medidor de Intensidade de Som, de acordo com o método MB-268, prescrito pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas;

II - alcancem, no interior do recinto em que têm origem, níveis de sons superiores aos considerados normais pela Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Art. 6º Para os efeitos desta lei, as medições deverão ser efetuadas de acordo com a NBR 10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Parágrafo Único. Os fiscais da Secretaria de Estado do Meio Ambiente podem solicitar o auxílio das autoridades policiais no desempenho da ação fiscalizadora.

Art. 7º As pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que infringirem qualquer dispositivo desta lei, ficam sujeitas às seguintes sanções, independente da obrigação de cessar a transgressão:

I - notificação por escrito: quando autuado pela primeira vez;

II - multa simples ou diária: quando da reincidência;

III - cassação da Licença Ambiental: quando da reincidência;

IV - embargo: quando da reincidência;

V - interdição parcial ou total: quando da reincidência;

VI - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Estado: quando da persistência da reincidência.

Parágrafo Único. O valor da multa que trata o item II, do *caput* do artigo anterior, será expresso em moeda corrente nacional e corresponderá em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e quando da reincidência em R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Art. 8º Para efeito desta lei não se aplicam atenuantes.

Art. 9º A vigência e eficácia desta lei fica lastreada na legislação nacionalmente aplicável referente à poluição sonora, embasada nos termos do artigo 225 da Constituição Federal; da Lei nº 6.938/81, da Política Nacional do Meio Ambiente; do Decreto nº 99.274/90 que regulamenta a Lei nº 6.938/81; da Resolução CONAMA nº 001, de 08.03.90, que estabelece critérios e padrões para

a emissão de ruídos, em decorrência de quaisquer atividades; da Resolução CONAMA nº 002, de 08.03.90, que institui o Programa Nacional de Educação e Controle de Poluição Sonora, Silêncio, e das Normas nº 10.151 e nº 10.152 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Art. 10. Se a empresa modernizar suas locomotivas e as cancelas a lei poderá ser alterada.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Todo esse cuidado tem fundamentos científicos, os danos à saúde quando exposta aos ruídos muito altos (acima de cinqüenta decibéis), durante um período prolongado, a audição humana pode sofrer irreparáveis seqüelas, resultando certas vezes em deficiência auditiva permanente.

Além disso, a poluição sonora prejudica a tranquilidade de quem deseja adormecer ou mesmo apenas descansar.

O barulho constante ou abrupto impede o relaxamento e, à medida que vai aumentando crescem também os sintomas de stress: entramos em estado de alerta, o organismo tenta se adequar ao ambiente, liberando endorfina, minando as defesas e aumentando ainda mais a agitação.

Isso explica porque algumas pessoas só conseguem adormecer se o rádio ou a televisão permanecerem ligados.

A continuidade dessas ocorrências pode gerar problemas cardíacos, infecções e outros problemas de saúde.

Outrossim, a lei do silêncio que proíbe ruídos excessivos durante o período das 22h00 até às 07h00 da manhã, não vem sendo respeitada.

PROJETO DE LEI Nº 192/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam isentas de pagamento de pedágio nas estradas e rodovias localizadas no âmbito territorial do Estado do Paraná as motocicletas e similares.

Art. 2º esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição objetiva contemplar uma parcela de veículos que, pelas suas características, não causam danos às estradas e rodovias, muito menos ao meio ambiente.

Tendo em vista que a motocicleta é notoriamente um veículo de baixo consumo de combustível e considerando que o uso desse tipo de veículo, além de representar economia de gasolina, não causa, em razão do seu peso, danos à pavimentação, das vias públicas e considerando ainda que seja tipo de veículo que menos congestiona o trânsito, parece justo que mereçam uma atenção especial pelo que representam: diminuição do volume de tráfego, diminuição dos elevados índices de poluição e até mesmo diminuição do estresse ocasionado pelos engarrafamentos. Além de:

a) a relação custo/benefício não justifica a cobrança de pedágio das motos e das bicicletas motorizadas;

b) o tempo despendido pelos motociclistas é consideravelmente maior para pagar. O motociclista tem de retirar as luvas, pegar o dinheiro que, na moto, deve estar guardado numa pochete, por exemplo. Caso esteja chovendo, o acesso aos documentos e ao dinheiro se tornará mais complicado porque o motorista terá de abrir a capa, depois tirar as luvas;

c) qualquer comunicação com o operador da cabina implicará na retirada do capacete porque não é possível ouvir a voz humana de dentro de uma cabina, com o barulho dos motores em volta. Os sons de buzinas, apitos de guarda, etc;

d) quanto ao posicionamento da moto no pedágio, a situação também é especial. Se a moto avançar ao lado dos carros, haverá reclamações, e, devido à violência atual no trânsito, talvez, agressões. Se a moto se posicionar na fila, ocupando o lugar de um carro, o motorista deste carro avançará e se colocará ao lado da moto, como geralmente ocorre no trânsito;

e) a maioria das motos não têm ventoinha de refrigeração. Não podem ficar paradas por muito tempo com o motor ligado. O motociclista tem de desligá-la e empurrá-la, ao longo da fila, até a cabina;

f) o resultado imediato disso tudo será a demora no atendimento à motocicleta e as conseqüentes reclamações dos demais usuários que ficarão impacientes;

g) o peso das motos é insignificante. As de 450cc de cilindrada, que são a maioria nas estradas, pesam cerca de 156 kg. As menores, de 125 cilindradas, cerca de 75 kg. Sua área de contato com o solo é de cerca de dez centímetros apenas;

h) finalmente, qualquer incentivo que se dê à moto concorrerá para melhorar o trânsito e para demonstrar à sociedade a preocupação que se tem com a qualidade de vida e, conseqüentemente, a geração de mais empregos.

PROJETO DE LEI N° 193/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibido a cobrança de taxa bancária para o pagamento de qualquer tipo de conta, taxa ou tributo no Estado do Paraná.

Art. 2º A Instituição que não cumprir a presente norma estará sujeita a sanção de R\$ 5.000 (cinco mil reais), em caso de reincidência a multa será dobrada.

Art. 3º As Instituições terão prazo de 60 (sessenta) dias para se adequarem a presente norma.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

A presente medida tem como finalidade acabar com a arbitrariedade que existe atualmente, pois para o pagamento de determinadas contas, tributos ou taxas estaduais, é cobrado do consumidor um valor a título de taxa bancária, que sempre fica para o consumidor arcar com este valor.

Os bancos no Brasil têm lucros anuais altíssimos, cobram juros altíssimos a seus devedores, e ainda criaram essa taxa bancária para o pagamento das contas.

Este projeto tem como finalidade proteger os consumidores, não interessando quem repassa essa taxa, a única certeza que temos é que não deve ser imposta à parte mais fraca da relação.

Como se verifica, este projeto tem como finalidade beneficiar e proteger de arbitrariedades os consumidores deste Estado.

PROJETO DE LEI N° 194/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido aos estudantes das redes pública e particular de ensino de 1º, 2º e 3º graus, o meio (1/2) passe nos meios de transporte coletivo intermunicipal.

Parágrafo Único. Os estudantes farão uso dos direitos concedidos no *caput* deste artigo mediante apresentação da carteira de identificação estudantil da União Nacional dos Estudantes (UNE) e/ou União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES).

Art. 2º O direito ao meio (1/2) passe será utilizado pelo estudante durante o período letivo estabelecido pela instituição de ensino em que o mesmo estiver regularmente matriculado.

Art. 3º O direito ao meio (1/2) passe será utilizado pelo estudante no trajeto de ida e volta à instituição de ensino em que o mesmo esteja regularmente matriculado.

Art. 4º O meio (1/2) passe corresponderá a 50% do valor da tarifa efetivamente cobrada aos usuários comuns, independente de promoções e descontos.

Art. 5º Os estudantes terão direito ao meio (1/2) passe nos meios de transporte coletivo intermunicipal, nas seguintes condições:

I - viagens intermunicipais na região metropolitana;

II - viagens intermunicipais na mesma região do Estado.

Parágrafo Único. Os estudantes de 3º grau terão direito ao meio (1/2) passe em viagens intermunicipais, em transporte coletivo intermunicipal entre municípios de regiões diferentes do Estado.

Art. 6º O meio (1/2) passe estudantil será de uso pessoal e intransferível do estudante e só terá validade mediante apresentação da carteira estudantil da UNE e/ou UBES.

Art. 7º É facultativo às empresas de transportes coletivos intermunicipais a aceitação desta lei em linhas seletivas.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

O preço das tarifas nos meios de transportes coletivos intermunicipais tem contribuído para dificultar a vida de milhares de estudantes. Em alguns casos, este fator tem sido decisivo para o processo de evasão escolar, impedindo assim que o direito à educação seja amplo e plenamente exercido.

A falta de vagas na rede pública oficial de ensino de 1º, 2º e 3º graus, tem obrigado diversos estudantes a matricular-se em escolas que nem sempre se ajustam às suas necessidades e possibilidades. Nesse sentido, o fator distância, em alguns casos, leva ao abandono da escola.

Os estudantes da rede particular de ensino de 1º, 2º e 3º graus enfrentam mensalmente o problema dos aumentos das mensalidades, que acrescido ao empobrecimento da classe média, fazem dos gastos com passagens um peso considerável no orçamento familiar.

Na venda do meio passe a utilização da Carteira de Identidade Estudantil da União Nacional dos Estudantes (UNE) e/ou União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), devido ao seu processo de confecção que garante sua autenticidade e inviolabilidade, é fundamental para o cumprimento da lei. Além disso, as carteiras da UNE e da UBES são padronizadas, e no Brasil inteiro são utilizadas, tanto na questão da meia entrada, quanto na do transporte estudantil.

Os estudantes dos ensinos médio e universitário já usufruem deste benefício na esfera municipal, onde são concedidos 50% de desconto na frota de transporte coletivo dos municípios paranaenses. O meio passe no transporte coletivo intermunicipal representará mais uma conquista e uma relevante redução nas despesas destas pessoas. Também servirá de incentivo para as populações mais carentes terem acesso a cursos superiores.

PROJETO DE LEI Nº 195/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As delegacias policiais do Estado do Paraná distribuirão, no âmbito das respectivas circunscrições, às organizações não governamentais, os dados constantes do artigo 3º, quando registrarem ocorrências das quais decorram a providência de identificação e a prisão de autor de crime que escapou a flagrante.

Parágrafo Único. Os crimes a que se refere este artigo são os que mais impacto negativo provocarem em face de sua violência, pela sua repetição ou pelo grau de transtorno que acarretarem à vida civil.

Art. 2º As delegacias policiais pesquisarão, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta lei, para fins de cadastramento, as principais organizações não governamentais situadas em suas circunscrições, devendo a Secretaria de Estado de Segurança Pública prestar total auxílio à unidade policial que não dispuser de meios materiais ou humanos, para cumprir com a tarefa no prazo indicado.

Parágrafo Único. Para facilitar as ações no *caput*, as delegacias policiais poderão se utilizar dos cadastros porventura existentes em quaisquer órgãos do Estado.

Art. 3º Os dados a serem remetidos às organizações não governamentais pelas delegacias de polícia, tão logo obtidos, abrangem, entre outros:

- a) o retrato falado;
- b) a descrição complementar de sinais e características físicas do criminoso;
- c) o tipo do crime consumado;
- d) o modo de execução do delito;
- e) os locais e horários em que os eventos delituosos são freqüentemente perpetrados, se for o caso.

Art. 4º O encaminhamento, pela delegacia policial, das informações elencadas no artigo 3º desta lei, deverá consignar agradecimento prévio à organização não governamental destinatária pela ajuda que puder conferir à instituição policial, bem como solicitar que os divulgue no círculo de sua influência.

Parágrafo Único. Nota final mencionará os telefones da delegacia policial e o da rede facilitadora conhecida como disque-denúncia.

Art. 5º Para efeito desta lei, entende-se como organizações não governamentais todas aquelas que não se integram no contexto de natureza jurídica pública, tais como as associações comerciais, os clubes de serviço, as associações de moradores, as entidades filantrópicas, as associações recreativas, as ONGs propriamente ditas, e tantas outras.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Os retratos falados de criminosos de alta periculosidade têm, na maioria dos casos (principalmente se a vítima carece de posição social), sua divulgação restrita ao mural da delegacia policial que investiga o crime.

A imprensa, que não tem o dever legal de difundir, não raro considera matéria inoportuna, já esgotada, voltar dias (ou semanas) depois, a um assunto antes reportado, apenas para divulgar um retrato falado, que exigiu tempo prolongado para a sua confecção. Essa demora é, no mais das vezes, inevitável, já em razão dos detalhes técnicos, já por motivos ligados às dificuldades de selecionar e convocar testemunhas que auxiliem a Polícia Técnica ao cumprimento daquela incumbência.

Além disso, é usual, na atividade jornalística, dar-se perfeita e suficiente à descrição dos fatos, sem que necessariamente, para o pleno entendimento do leitor, se exija o retrato falado do criminoso.

Acresce, ainda, a circunstância de que nem toda a população, principalmente a camada mais pobre dela, lê jornais diariamente. Mesmo que, por hipótese, a leitura cotidiana acontecesse em todos os estratos sociais, nem todos os periódicos abrem espaços permanentes e imutáveis às ocorrências oficiais com aquilo que o jargão jornalístico chama de *suíte*, ou seja, a seqüência exauridora de um tema de pauta nas edições seguintes.

De modo que só o crime de grande repercussão (pela violência empreendida pelos executores ou pela forte projeção social de suas vítimas) leva o retrato falado para a imprensa, escrita ou televisiva.

De resto, ele passa a ser um número a mais no mural das delegacias policiais para a observação de seus escassos visitantes sem ter sequer o préstimo de advertir possíveis futuras vítimas.

O projeto de lei que ora submeto à elevada apreciação dos Exmos. Membros desta Casa Legislativa amplia a divulgação não apenas do retrato falado, mas também de outros pormenores relativos ao próprio criminoso, como das circunstâncias do crime, seu modo de execução e preferências determinantes de local e hora para a efetivação do delito. Transpassadas às comunidades, essas minúcias se constituirão num material básico, essencial, para o auxílio da polícia na captura do autor do delito, quer diretamente, quer através do recurso do disque-denúncia.

Mas o projeto tem outro escopo, talvez mais importante do que a mera perseguição de criminosos, que cometeram infração penal isolada ou a praticam em série. Na verdade, une-se a esse objetivo o de prevenir outros crimes, na medida em que a prisão facilitada por uma profícua interação da instituição policial com a comunidade produza a interrupção de uma seqüência de crimes e confira segurança à coletividade ameaçada pela delinquência. Envolvem-se no mesmo propósito, as associações comerciais, os clubes de serviço, as associações de moradores, as associações de favelados, os conselhos comunitários de defesa social, as lojas maçônicas, as entidades filantrópicas, as associações recreativas, etc.

Esta proposta de lei, cria, em realidade, uma vasta rede de informações que se estende a variados pontos da sociedade, o que autoriza asseverar que contribuirá significativamente ao esforço policial de combate à criminalidade.

PROJETO DE LEI Nº 196/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Considerando a necessidade da implementação de ações e políticas públicas de preservação e conservação ambiental, em consonância com as referências normativas aplicáveis em todo o território nacional: Resolução nº 105, de 19.05.99 da ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Instrução Normativa nº 10, de 06.05.04, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; ISO 14855/99; e NBR 15448-1/06, fica estabelecido em todo o Estado do Paraná a substituição de sacolas plásticas convencionais por sacolas oxi-biodegradáveis, conforme contido no artigo 4º desta lei.

Art. 2º Os estabelecimentos comerciais situados no Estado do Paraná, ficam obrigados a utilizar para o acondicionamento de produtos e mercadorias, sacolas plásticas oxi-biodegradáveis - OBPs e/ou sacolas biodegradáveis produzidas pela biotecnologia, conhecidos como plásticos da família dos polihidroxialcanoatos (PHA); (PH3B); (PH3B-co-3HV) - tecnologia desenvolvida por institutos de pesquisas tecnológicas, ou outras variações que vierem a ser descobertas, no intuito da desoneração do produto.

Parágrafo Único. Entende-se por embalagem plástica oxi-biodegradável aquela que apresente degradação inicial por oxidação acelerada por luz, calor e ação de intempérie, e posterior capacidade de ser biodegradada por microorganismos e que os resíduos finais não sejam eco-tóxicos.

Art. 3º Obrigatoriamente as embalagens devem atender às seguintes regras:

I - degradar ou desintegrar por oxidação em fragmentos em um período especificado;

II - sua biodegradação, como resultado, deverá conter CO₂ H₂O e biomassa;

III - os produtos resultantes da biodegradação não devem ser eco-tóxicos ou danosos ao meio ambiente;

IV - plástico, quando compostado, não deve impactar negativamente a qualidade do composto, bem como do meio ambiente.

Art. 4º Os estabelecimentos comerciais cujos utilizem sacolas plásticas comuns terão prazo de um ano, a contar da data da publicação desta lei, para efetuar a substituição pelas sacolas oxi-biodegradáveis.

Art. 5º Os estabelecimentos comerciais que descumprirem esta lei serão autuados e incursos nas sanções previstas na Lei Federal nº 6437, de 20 de agosto de 1977, alterada pela Lei Federal nº 7967, de 22 de dezembro de 1989 e alterações vigentes, e/ou, pelas sanções impostas pela SEMA - Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

Parágrafo Único. Excetuam-se das sanções referidas no *caput* deste artigo, as embalagens originais de fábrica que envolvem as mercadorias.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Diariamente são utilizadas mais de 2,5 milhões de sacolas somente em supermercados paranaenses, não sendo computados os demais comércios. No final do mês isso representa vinte toneladas aos resíduos depositados no meio ambiente, seja em aterros sanitários ou abandonadas em fundos de vales, rios e terrenos baldios, gerando uma grande dívida ambiental.

Esta lei visa, como alternativa ecologicamente correta, a utilização de sacolas oxi-biodegradáveis, que se decompõem em até dezoito meses, haja vista que o plástico comum tem a sua estimativa para se biodegradar em cerca de quatrocentos anos, em condições normais, causando grande prejuízo ao meio ambiente.

A tecnologia para fabricação das sacolas oxi-biodegradáveis é baseada na utilização de aditivos à resina plástica durante o processo de produção, criando produtos biodegradáveis que são destruídos por agentes biológicos.

O gerenciamento de resíduos sólidos é um assunto de interesse crescente em nosso planeta. A sociedade vem tentando reduzir a quantidade de embalagem descartada em aterros e outros locais inapropriados.

As alternativas tecnológicas de revalorização de plásticos incluem recuperação material (reciclagem mecânica, química, biológica ou orgânica), e/ou recuperação energética.

Com o crescente interesse na compostagem (principal tipo de revalorização biológica ou orgânica), torna-se necessário caracterizar e identificar corretamente os plásticos e embalagens plásticas feitos com plásticos, que irão desintegrar e biodegradar satisfatoriamente sob condições de compostagem ou por ações naturais.

Os benefícios produzidos pela substituição das sacolas plásticas comuns, pelas oxi-biodegradáveis, são insignificantes se for analisado o custo ambiental para as futuras gerações e a preservação do meio ambiente. Calcula-se um acréscimo inicial em torno de 8 a 12% a mais na substituição das sacolas, que ao passar do tempo, com a entrada de mais indústrias no mercado e, como regra geral, a tendência é a diminuição destes custos.

PROJETO DE LEI Nº 197/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado de Vereador Dirceu Pavoni, o terminal de transporte coletivo da Cachoeira, situado na Av. Francisco Krüger, s/n, Bairro Cachoeira, sob a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no Município de Almirante Tamandaré.

Art. 2º Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

Através deste projeto de lei venho prestar a justa homenagem ao Vereador Dirceu Pavoni, um grande líder comunitário buscando sempre o bem de sua comunidade.

Dirceu Pavoni, nasceu em 09 de setembro de 1952, de tradicional família do grande Bairro da Cachoeira, foi casado com Dete Pavoni com quem teve dois filhos, Rodrigo e Rita. Desde a juventude sempre esteve envolvido com a comunidade, tentando resolver seus problemas e amenizar o sofrimento dos mais carentes. Como Vereador, por dois mandatos, trabalhou arduamente em prol dos direitos e necessidades de todos os munícipes. Sempre preocupado com o próximo, Dirceu Pavoni vivia para o povo e com o povo, sendo exemplo de simplicidade e humildade incomparáveis, esposo e pai exemplar, um cristão dedicado ao amor do próximo.

Sendo uma pessoa muito alegre, querida e conhecida por todos do Município, esse grande homem e líder inesperadamente faleceu em 13 de junho de 2003, deixando muita saudade, muitos amigos e marcas profundas em toda a comunidade, principalmente no Bairro Cachoeira, onde viveu sua vida inteira. Sendo portanto, muito justo o préstimo desta homenagem *in memoriam*.

PROJETO DE LEI N° 198/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica autorizado o Poder Executivo a criar o Batalhão Metropolitano Norte da Polícia Militar, tendo como sede a Cidade de Colombo.

Art. 2° O Batalhão Metropolitano Norte da Polícia Militar atenderá os Municípios de Adrianópolis, Almirante Tamandaré, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Cerro Azul, Colombo, Doutor Ulisses, Itaperuçu, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná.

Art. 3° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

Atualmente a Região Metropolitana de Curitiba é atendida pela Polícia Militar do Estado do Paraná, através do Batalhão Metropolitano de Curitiba, com sede em São José dos Pinhais, sendo dividida em cinco Companhias, quais sejam: São José dos Pinhais, Colombo, Araucária, Campo Largo e Almirante Tamandaré, atendendo a 22 municípios metropolitanos.

A Companhia de Colombo atende aos Municípios de Colombo, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Bocaiúva do Sul, Tunas do Paraná e Adrianópolis; tendo um efetivo de 122 homens indisponíveis, por motivos de licenças, férias, afastamento para tratamento de saúde, etc., assim conta com um efetivo de 98 homens aproximadamente, assim divididos proporcionalmente aos municípios respectivamente conforme a população local.

Enquanto a Companhia de Almirante Tamandaré, que atende aos Municípios de Almirante Tamandaré, Rio Branco do Sul, Cerro Azul, Itaperuçu e Doutor Ulisses, conta com um efetivo disponível de aproximadamente 84 homens e oito viaturas. Considerando o significativo crescimento demográfico da Região Metropolitana de Curitiba e o agravante da violência em nossas cidades, bem como as dificuldades do Estado em proporcionar uma segurança pública mais eficaz, é que pretendemos através deste projeto de lei, criar o Batalhão Metropolitano Norte da Polícia Militar, desvinculando as Companhias de Colombo e Almirante Tamandaré do atual Batalhão Metropolitano com sede em São José dos Pinhais e incorporando-as ao novo Batalhão Metropolitano Norte.

Com a criação do novo Batalhão, que atenderá os onze municípios da Região Metropolitana Norte, a população desses é de 496.326 (quatrocentos e noventa e seis mil trezentos e vinte e seis) habitantes, conforme dados IBGE/IPARDES 2004, o que corresponde em média de um policial disponível para cada 2.409 (dois mil quatrocentos e nove) habitantes, um número bastante distante

do ideal, segundo a recomendação da Organização das Nações Unidas - ONU, que é de um policial para cada 500 (quinhentos) habitantes. Portanto, além da necessidade real do aumento do efetivo policial, a Região Norte comporta um Batalhão Metropolitano, que por certo facilitará o desenvolvimento das atividades inerentes a Polícia ostensiva, além do que, geográfica e estrategicamente proporcionará melhores condições de trabalho para o Comando Militar, bem como maior resultado para o cidadão que tanto clama por melhorias na área da Segurança Pública.

Diante do exposto, contando com o indispensável apoio dos nobres Pares para a aprovação desta importante contribuição à Segurança Pública na Região Metropolitana Norte de Curitiba.

PROJETO DE LEI N° 199/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica declarada de Utilidade Pública a ACIG - Associação Comercial e Empresarial de Goioerê com sede no Município de Goioerê.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor em sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

A ACIG - Associação Comercial e Empresarial de Goioerê, fundada em 20 de março de 1969, contando, pois, com mais de 38 anos de existência, vem desenvolvendo constante trabalho em favor da classe empresarial, contribuindo sobremaneira com o desenvolvimento do município.

Trata-se de uma entidade de classe, com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ - Cadastro Nacional de Personalidade Jurídica sob n° 77.933.109/0001-06, e pela sua importância e representatividade é merecedora em ser considerada por lei, como entidade de Utilidade Pública do Estado do Paraná, pelo que, solicitamos apoio e aprovação das Sras. e Srs. Deputados da Assembléia Legislativa.

PROJETO DE LEI N° 200/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Ponta Grossa - ACIPG, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Ponta Grossa - ACIPG, foi fundada em 18 de junho de 1922. Em pouco tempo o grupo idealizador da entidade recebia o apoio e a colaboração de outros empresários. Assim, não demorou para a ACIPG crescer e modificar positiva e continuamente o dia-a-dia da cidade.

A ACIPG teve importante participação no desenvolvimento de Ponta Grossa, e tem como princípios a defesa dos ideais e objetivos econômico-sociais das classes que representa, pugnar pela realização de obras que possam traduzir em progresso para o município, combater o abuso econômico representado por qualquer forma de exploração econômica, promover a cultura em diversas áreas, incentivando as artes plásticas, o grafismo, a literatura, o artesanato, o folclore, a promoção de encontros, palestras, simpósios, conferências, círculos de debates e outras formas de participação da classe empresarial, apoiar e estimular as pesquisas jurídicas, econômicas e sociais, representando as classes que formam o seu quadro associativo.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Ponta Grossa - ACIPG, do Município de Ponta Grossa.

PROJETO DE LEI N° 201/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Toda Uva Fina de Mesa produzida no Estado do Paraná, deverá ser fiscalizada pela Vigilância Sanitária Estadual e Municipal, impedindo que esta seja colocada no mercado consumidor com grau Brix, inferior a 13 (treze), quesito este que define o sabor e o teor de açúcar.

Parágrafo Único. A fiscalização de que trata o *caput* deste artigo dar-se-à em razão de que os frutos com grau fora das condições previstas têm dificuldades na comercialização da fruta junto ao consumidor, resultando num quadro de preços baixos, o que gera problemas no setor.

Art. 2° A Vigilância Sanitária Estadual e Municipal quando em serviço far-se-à acompanhar de um técnico da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Secretarias Municipais da Agricultura e/ou da EMATER, podendo ter acesso às videiras, barracões das zonas urbana e rural, bem como a veículos que transportam o fruto.

Art. 3° No momento em que a fiscalização detectar os produtos impróprios - abaixo do estabelecido - deverá a Vigilância Sanitária lavrar o auto de infração, encaminhando os autos para a Secretaria de Estado da Agricul-

tura e do Abastecimento para que sejam tomadas as medidas cabíveis.

Art. 4° Caberá à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, a regulamentação da presente lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art 5° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

A cadeia produtiva de Uva Fina de Mesa do Estado do Paraná, vem enfrentando sérias dificuldades na comercialização. Todas as uvas contêm açúcar (glicose ou dextrose) em quantidades que variam conforme a espécie.

No caso da Uva Fina de Mesa, o grau “Brix” que determina o teor do açúcar e que define o sabor, deverá ter o grau 13 (treze), mínimo exigido pelo órgão de controle nacional para que seja colocado no mercado.

No entanto, vários produtores têm comercializado o produto abaixo de treze, comprometendo a qualidade do nosso produto que é vendido não só no Estado do Paraná, mas em todo o território nacional. Como o índice de competitividade é grande, nestes momentos de globalização faz-se necessário a fiscalização e o rigor, por parte da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, visando garantir a qualidade do produto produzido e consumido no Estado.

Uma legislação de nível estadual vai oferecer mais segurança aos municípios produtores de uva, bem como oferecer instrumentos legais para que as Secretarias Municipais de controle da agricultura, meio ambiente e abastecimento, possam agir com mais eficácia e segurança no controle da venda dos produtos com teor de açúcar “Brix” abaixo do permitido.

Desta forma, vimos solicitar dos nobres companheiros Parlamentares, o devido apoio para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI N° 202/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Clube da 3ª Idade Santo Izidoro, com sede no Município de Três Barras do Paraná, e foro na Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.04.07.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Srs. Parlamentares, honrosamente submeto à apreciação de V. Exas. o projeto de lei em anexo, que pre-

tende declarar de Utilidade Pública a Associação do Clube da 3ª Idade Santo Izidoro, com sede na localidade de Santo Izidoro, Município de Três Barras do Paraná, foro na Comarca de Catanduvas, neste Estado.

A citada associação é uma entidade sem fins lucrativos, com o propósito de promover o estímulo ao desenvolvimento comunitário objetivando a defesa das atividades econômicas, sociais e culturais de seus associados que se dedicam à exploração da agropecuária e conseqüente transformação artesanal ou industrial, entre as outras finalidades de elevado caráter social, como bem disposto no estatuto social.

Considerando os objetivos nobres dessa entidade, é que conclamo aos ilustres Pares o apoio e a conseqüente aprovação da presente proposição de lei.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passamos ao horário do Pequeno Expediente. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

O que nos traz à tribuna nesta tarde, é fazer um registro da morte de um professor que contribuiu muito com a Universidade Estadual de Ponta Grossa e que teve, apesar da pouca idade - 59 anos - trinta anos dedicados à Universidade Estadual de Ponta Grossa, sendo um dos mais experientes e importantes professores daquela universidade no curso de Direito. Estou falando do professor Leopoldo Lopes Sobrinho, que faleceu esta semana, dando aula. Ele teve um ataque cardíaco fulminante e acabou falecendo dentro da sala de aula. Isso nunca se registrou na história da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

O professor Leopoldo foi uma pessoa que contribuiu muito com a formação de muitos jovens acadêmicos que, hoje, são brilhantes advogados neste país. Ele terminou sua vida realizando aquilo que mais fez: trabalhando, ensinando e preparando jovens para o futuro. Ele acabou falecendo em sala de aula, um feito que tem um lado triste para a família enlutada, mas por outro lado nos traz a grandeza de um homem, de um ser humano que dedicou toda sua vida trabalhando e fez até o último dia, até o último instante, quando faleceu em sala de aula. Isso veio a ser, na verdade, um presente que ele recebeu para aqueles que acreditam na vida seguinte, um presente para quem trabalhou a vida toda fazendo o bem, ensinando os jovens e cumprindo sua função.

Além de professor, Leopoldo também foi Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - subseção de Ponta Grossa, onde sempre desenvolveu seu trabalho com dedicação e, acima de tudo, com lealdade, esforço e responsabilidade.

Então, queria registrar, em nome desta Casa, os nossos profundos sentimentos àquela família e, ao mesmo tempo, dizer da alegria de ter tido esse professor entre nós, um professor brilhante que contribuiu com sua vida e com seu trabalho a favor da universidade.

Aproveitando o exemplo do professor, quero fazer uma cobrança, nesta tarde. A cada ano que se iniciam os trabalhos nas universidades, há uma constante falta de professores. Este ano, por exemplo, Deputado Péricles, V. Exa. que é professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, estamos com falta de professores, novamente. Os professores que foram concursados ainda não foram nomeados e os professores colaboradores também não foram colocados em sala de aula. Então, estamos hoje com mais de trinta dias de aulas e a Universidade Estadual de Ponta Grossa tem, no mínimo, a falta de sessenta professores, como todo ano faltam professores.

A Secretaria deveria se organizar, porque depende apenas de uma assinatura do Governador para que os concursados possam assumir seus cargos e que os professores que estão como colaboradores possam assumir.

Fica aqui o pedido para que o Governo imediatamente autorize os documentos, a assinatura final do Governo, para que os professores possam voltar às aulas. Alguns professores são obrigados a fazer um esforço com duas, três turmas, às vezes alunos sem aulas, com a falta de professores. Algo que no meu ponto de vista deveria ter sido resolvido já no final do ano. Não sei se no Pequeno Expediente posso dar aparte, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. está quase ingressando no Horário das Lideranças. Pode usar o horário da Liderança do seu Partido.

Passa a usar o Horário da Liderança do PTB

O SR. JOCELITO CANTO

Permito o aparte ao Deputado Péricles de Mello.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

Em primeiro lugar queria me solidarizar ao seu pronunciamento. O Sr. Leopoldo Lopes Sobrinho era uma pessoa digna, respeitada, um espírito democrático, comandou a OAB por vários momentos importantes na Cidade de Ponta Grossa. O conheci como colega professor e merece todo esse sentimento da comunidade de Ponta Grossa. Por isso, parabéns pelo seu pronunciamento.

Com relação aos professores, o senhor tem toda a razão, Deputado Jocelito. Fiz uma reunião com o Sindicato dos Professores, estou acompanhando a negociação sobre o piso salarial e a equiparação do salário dos professores com os funcionários da educação e além desse

problema, um dos mais graves da universidade, é justamente o atraso na contratação dos professores colaboradores.

Solidarizo-me ao seu pronunciamento e tenha em mim também um Deputado que vai apoiar e levar essa reivindicação junto com o senhor ao Governador Roberto Requião.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Fica aqui o pedido, Sr. Presidente, porque é lamentável. O Governo sabe que todos os anos iniciam as aulas naquele período. Fica um mal-estar porque os alunos ficam sem aula ou, alguns professores se obrigam a juntar duas, três, turmas para dar aula.

Isso nos faz voltar ao tempo lá atrás e não é justo isso, no início deste 2007, do novo Governo, tenhamos uma organização que tenha que esperar trinta, quarenta dias depois do início das aulas para colocar os professores. Isso, naturalmente, cria um desgaste, um problema para o Governo, porque os professores só dependem da nomeação e de um ato de publicação para que os professores colaboradores também possam ingressar nas salas de aulas.

Os professores fizeram a sua parte, fizeram concurso, fizeram os testes, os exames médicos. Só dependem da colocação da assinatura desses decretos, nesses editais, para os professores assumirem.

Os alunos ficam lá sem ter aula ou três, quatro turmas numa sala de aula. Isso atrapalha, prejudica até a imagem do Governo que aplica no ensino superior. Um dos Governos que mais aplica no ensino superior no Brasil, é o Estado do Paraná.

Infelizmente, essa desorganização é constante todo ano e deve cessar. Imaginem, começar as aulas numa faculdade e faltar trinta, quarenta professores. E isso, acho que está acontecendo em todas as universidades do Paraná. Acho que está faltando em Londrina, Maringá, Cascavel.

Isso, porque o Secretário faz o pedido, o processo começa a tramitar dentro do Governo, a burocracia, até chegar no Governador, passou trinta, quarenta dias.

Isso, tem que o Secretário pegar o processo, levar embaixo do braço e dizer para o Governador: “Dia 1º começam as aulas e os professores têm que estar em sala de aula”. Isso não é a primeira vez que acontece. Todos os anos tem se repetido isso. Cria um desgaste natural do Governo que não precisa e que, muitas vezes, o Governador não sabe.

No ano passado, tive que discutir com o Governador. Ele disse que eu estava errado. Depois, ele concordou comigo, que faltava apenas assinar o decreto de nomeação de colocação com os colaboradores e dos professores também nomeados. O Governo foi além, fez concurso público, chamou novos professores. Os professores estão contratados e passaram por um concurso público - fizeram a sua parte.

O que é preciso hoje é o Governo agilizar. A Secretaria de Ensino Superior pegar o processo, colocar embaixo do braço, fazer passar por todos os departamentos, porque quem acaba perdendo é o Governo. O Governo coloca os professores, faz o concurso e na hora de colocar na sala de aula existe essa burocracia, que acaba fazendo com que o aluno, lá na ponta, fique alguns dias sem aula ou tenha que se submeter a esse caso de ter que esperar até que um ato aconteça, para que os professores possam entrar em sala de aula.

Faço esse pedido, aqui, porque o Governo fez a sua parte. Está chamando os nomeados, os colaboradores. Só está faltando a assinatura do Governador. Isso é fácil e só depende da organização e da burocracia do Governo, para não atrapalhar o Governo. Senão fica aquele desgaste, Deputado Romanelli, que o Governo quer fazer por conta própria. Tenho certeza, que o Governador não sabe disso e que ao tomar conhecimento deste pronunciamento meu, vai tomar as providências para que os professores possam estar na sala de aula.

Esse era o recado que eu queria dar, Sr. Presidente. E deixar V. Exa. satisfeito, que além do Curitiba, que V. Exa. é torcedor, o nosso Operário também ganhou ontem por 1 X 0, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

PMDB; PSDB; Democratas; PT.

(**Declinam**)

PP. Concedo a palavra ao Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente Nelson Justus, Deputados Alexandre Curi e Rosane, Sras. e Srs. Deputados.

No campo esportivo continua ainda a indagação: por que preterir o Paraná, em relação à Copa do Mundo que deverá ser, quase certo, jogada no Brasil?

O Presidente da CBF, Sr. Ricardo Teixeira, está visitando vários Estados da Federação Brasileira, esteve bem pertinho de nós, em Santa Catarina e pulou o Paraná. O Paraná que é muito bem servido na rede hoteleira, que não perde para nenhuma parte do mundo: Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel.

Sr. Presidente Nelson Justus, está claro que o Paraná está sendo esquecido e deixado de lado, nos entendimentos, nas visitas, sobre a eventualidade de sediar uma das chaves da Copa do Mundo. Porque o Presidente da CBF, Ricardo Teixeira, está brigado com o Presidente da Federação Paranaense de Futebol, o Onaí-reves Moura. Não sei qual é a razão da briga, mas está

claro, Deputado Romanelli, que é uma briga entre Ricardo Teixeira e Onaireves Moura. Não tenho condições de analisar qual dos dois está com a razão ou quem provocou a briga e qual é o fundo de pano dessa briga que há entre a CBF e a Federação Paranaense de Futebol. Por causa da briga de dois homens dirigentes do futebol, o Paraná está caminhando para ser jogado de lado e ficar de fora, como sede de uma das chaves da Copa do Mundo de Futebol.

Quero, aqui, nesta tarde, lamentar que o efeito dessa briga poderá ser devastador, no sonho de todos nós paranaenses, até de quem não gosta de futebol, de poder ver, aqui, uma Copa do Mundo ser jogada em nosso Estado.

Fico imaginando para a economia paranaense, Sr. Presidente Nelson Justus, o que pode representar isso. Pode servir como um forte ponto de atração até de grandes investidores internacionais, sim. Eles poderão vir ao Brasil para torcer pela Seleção de seu País e de repente poderão se encantar com o Paraná e poderão, quem sabe, plantar aqui uma indústria, plantar aqui um grande investimento, por quê não?

Então, desde a área de um grande investimento haverá o prejuízo, sim, também para a rede hoteleira. E poderia falar que até o pipoqueiro, até os guardadores de carro, o comércio de um modo geral, todos acabarão perdendo com o resultado da briga do Presidente da Federação Paranaense de Futebol, o Onaireves Moura, com o Sr. Ricardo Teixeira, Presidente da CBF. O prejuízo será para todo mundo no campo financeiro, mas muito mais também frustrando, jogando por água abaixo o sonho de todos nós de vermos aqui quem sabe até a Seleção - se ela caísse aqui na chave do Paraná, ganhando aqui o direito até de ir para uma final da Copa do Mundo.

Diante dessa forte ameaça, diante desse tempo tenebroso que indica que o Paraná foi deixado de lado, queremos anunciar aos Srs. e Sras. Deputadas que, visando o interesse maior de quase dez milhões de paranaenses, o Presidente Nelson Justus, homem que cuida com tanta paixão dos mais diferentes segmentos dos interesses do povo do Paraná, o nobre colega Parlamentar Alexandre Curi e eu estamos nesta tarde nos dispondo a formar uma Frente Parlamentar e educadamente convidar o Presidente da CBF, Ricardo Teixeira, para que venha ao Paraná, porque o Paraná não é o Onaireves Moura. O Paraná é um Estado de dez milhões de paranaenses, um Estado forte, rico e em prosperidade, seja na área de comunicação, de transporte, de rede hoteleira, de coisas maravilhosas que poderão inclusive despertar a curiosidade daqueles que virão aqui torcer na Copa do Mundo.

Então, Presidente Nelson Justus, parabênizo V. Exa. porque está aceitando o desafio. Nelson Justus, Alexandre Curi e Antonio Belinati, nós vamos formar uma Frente Parlamentar para convidar o Presidente Ricardo Teixeira para que venha ao Paraná. Vamos passar por cima dessa briga que quem sabe seja até pessoal e se não for possível o Sr. Ricardo Teixeira vir aqui, quem

sabe até inibido, quem sabe constrangido em razão da briga com o Onaireves Moura, estamos dispostos a ir ao Rio de Janeiro, na sede da CBF, para conversar pessoalmente com o Ricardo Teixeira, para que ele deixe o Onaireves de lado e coloque o Paraná em um plano prioritário para que o nosso Estado seja, sim, aquilo que todos nós queremos, sede de uma das chaves da Copa do Mundo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PPS/PMN, com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. (Lê)

“Cerca de 10.000 crianças carentes, somente na Região Metropolitana de Curitiba, estão na iminência de perder seus direitos por falta de verbas federais. Outras milhares correm o mesmo risco por todo o Estado do Paraná. O alerta nos chegou através da imprensa e da Associação de Centros Comunitários de Educação Infantil. Esta representação e outras entidades envolvidas com o problema, não vêem outra alternativa senão encabeçar um movimento de protesto, que já está sendo conhecido como Luta por Creche.

Acontece que creches comunitárias estão sob o risco de perder seus benefícios por causa da criação, no ano passado, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação, o FUNDEB.

O FUNDEB foi criado para cumprir o objetivo de universalizar o atendimento à educação básica pública com qualidade.

A professora e doutora Gisele de Souza, da área de Educação da Universidade Federal do Paraná, nos adverte que as creches comunitárias, aquelas que abrigam as crianças mais pobres da comunidade, não serão contempladas. São as entidades que não irão receber os recursos de assistência social, pois estão impossibilitadas de se adequarem às normas de educação através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. São creches, que segundo a Presidente da ACCEI, Ada Pires de Oliveira, não podem contar com a contribuição dos pais, chefes de famílias extremamente pobres.

Se uma lei federal amplia os benefícios, não podemos esbarrar numa outra, estadual, que reduz o alcance desses benefícios, sacrificando a camada mais pobre e decretando mais sacrifícios para aqueles que já vivem com poucos recursos.

É a educação infantil que tem como finalidade proporcionar condições adequadas para promover o bem-estar das crianças, seu desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e social e ampliar suas experiências, estimular o

interesse para o conhecimento do ser humano, da natureza e da sociedade.

Apelo hoje para a sensibilidade de nossos dirigentes educacionais e detentores do poder na Secretaria de Educação para que este assunto não seja “empurrado com a barriga”, mas que antecipe toda e qualquer proposta em favor da defesa dos direitos da criança e do adolescente, principalmente para preservar a continuidade das ações desenvolvidas pelas creches comunitárias.

Quero ser, como os demais Parlamentares interessados, mais um defensor de todo um processo de preservação de algo que está dando bons resultados. Não podemos esquecer que foi no seio dos órgãos não governamentais que surgiram os primeiros cuidados com a criança no atendimento das creches. Isso é resgate da dignidade da família, que tanto é discursado pelo nosso Presidente Lula.

Apelo também para a sensibilidade do nosso Governador Roberto Requião. A ele que se diz um difusor dos propósitos da Carta de Puebla, quero lembrar o Capítulo 1, que trata dos Centros de Comunhão e Participação, no item 420, onde se diz: *É preciso reconhecer... que a realidade da família já não é uniforme, pois em cada família influem de maneira diversa, independentemente da classe social, dos favores ligados à mudança, ou sejam, fatores sociológicos, culturais, políticos, econômicos, religiosos e muitos outros...*

O artigo assinado pelo professor Waldir D'Angelis, diz definir bem a posição do Governador Requião com estes itens:

- 1) *agir para transformar as estruturas injustas;*
- 2) *promover a pessoa humana, superando na ação as medidas simplesmente assistencialistas;*
- 3) *criar condições para que os marginalizados possam ter igualdade de oportunidades;*
- 4) *propiciar meios para que as pessoas possam superar a sua condição de dependentes e de oprimidos;*
- 5) *combater a corrupção e dar transparência à administração pública;*
- 6) *respeitar a diversidade e a pluralidade democrática;*
- 7) *valorizar o que é público e respeitar o patrimônio que é todos;*
- 8) *colocar os meios públicos a serviço dos mais fracos e oprimidos;*
- 9) *usar o poder para servir e não oprimir.*

São metas espetaculares e que precisam realmente de nosso empenho. E agora, estritamente voltado para esta questão das nossas creches, apelo ao Governo do Paraná que ampare essas organizações e que elas tenham o respaldo suficiente para não serem atingidas pelas medidas deliberadas pelo Conselho Estadual de Educação. Tenho convicção de que o Governador irá me receber, bem como os representantes das creches comunitárias do Paraná, demonstrando, desta maneira, o

empenho do Governo do Estado em aplicar os preceitos da Carta de Puebla: da opção preferencial pelos pobres no chamado Governo Popular de Esquerda do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.”

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No horário do PDT, concedo a palavra ao Deputado Edgar Bueno.

Liderança do PDT: Deputado Edgar Bueno

O SR. EDGAR BUENO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

(Lê):

“Como é do conhecimento desta Casa, estive em Rosário, na Argentina, representando Cascavel e o Paraná em missão empresarial que para lá se deslocou para conhecer os potenciais da próspera região argentina, assim como difundir entre os argentinos as potencialidades paranaenses e de integração entre países que se ligam através do MERCOSUL.

A missão empresarial do Paraná, que tive a honra de integrar na condição de Presidente da Comissão de Indústria e Comércio da Assembléia Legislativa, contou com os apoios da ACIFI - Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu, que é presidida por Vanderlei Teixeira; da LAR de Matelândia, dirigida por Irineu da Costa Rodrigues, cooperativa que abate cerca de 160.000 frangos por dia; da SEVALE, comandada por Alfredo Lang, de Palotina, cooperativa responsável pelo abate de cerca de 200.000 frangos por dia; da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, comandada pelo dinâmico Prefeito Paulo Mac Donald Ghisi; e da CONSVITA, dirigida por Rodrigo Felismino.

Consideramos que nossa participação neste evento foi bastante positiva, sobretudo tendo como foco principal a grande tese que hoje unifica lideranças em torno da chamada Hidrovia do MERCOSUL, que visa interligar os sistemas hidroviários Paraná-Prata e Paraná-Tietê, criando condições para novos portos na fronteira a partir da transposição por via terrestre para superar o desnível que é obstáculo ao escoamento agropecuário de vastas regiões, podendo se tornar alternativa para cinco Estados brasileiros, seis províncias argentinas, seis departamentos paraguaios, em benefício de quatro países e 34,8 milhões de pessoas.

É sem dúvida uma grande bandeira essa da Hidrovia do MERCOSUL. Tanto que o Porto de Rosário foi ampliado para atender uma nova demanda surgida com o transporte da soja do Paraguai que é 100% transgênica, proibida pelo Porto de Paranaguá. Faço registro, inclusive, de um importante relatório que chegou às minhas mãos.

Essas são algumas das informações que trago da nossa viagem, que foi uma missão empresarial, organizada pelos municípios da fronteira. Acredito sincera-

mente que o Paraguai, que já investiu no seu porto, que escoia toda a sua produção de soja através do Porto de Rosário, é necessário que o Brasil também comece a pensar neste investimento para que, principalmente o Oeste do Paraná, o Paraná, Mato Grosso e o Paraguai possam usufruir desses grandes benefícios.

A idéia é construir uma alternativa de transposição terrestre, ligando o Rio Paraná, a partir do Lago de Itaipu, ligando o nosso Paraná com Minas Gerais e com São Paulo. É o eixo de uma nova economia que está surgindo. Investidores de porte viajaram conosco. Têm quatro portos planejados, um praticamente concluído, e isso será um fator importante da economia. O Paraguai foi buscar as suas alternativas, e buscou alternativas tão importantes que hoje não interessa mais ao Paraguai o Porto de Paranaguá.

Para reconquistar esse transporte, mesmo com o passar dos anos, isso provavelmente não vai mais acontecer, porque o custo da soja paraguaia até o Porto de Rosário é insignificante comparado com o custo dos caminhões. Eles colocam trinta barcas e essas trinta barcas carregam tanto quanto 860 caminhões.

Vejam as possibilidades de mercado, a economia que o Paraguai conseguiu, buscando essa nova alternativa. Por isso fica aqui o meu registro.

Para finalizar, quero fazer o registro da passagem de Cristóvão Buarque, nosso candidato à Presidência da República pelo PDT, que veio a Curitiba e hoje, na Boca Maldita, na Avenida XV de Novembro, tive o prazer de participar de pronunciamentos de Lideranças de Curitiba e, principalmente, de Cristóvão Buarque, buscando a conscientização das autoridades, do povo em geral, com referência aos investimentos na educação. Dizia o Cristóvão que a maioria dos governantes ficam se preocupando em incluir os excluídos, oferecendo projeto de habitação, de salário, de emprego, de profissionalização, mas tudo isso pode acontecer com muito mais facilidade, a partir do investimento da educação. Buscar qualidade nas escolas públicas, remunerar bem os nossos professores e oferecer oportunidade efetiva.

Acredito que este país pode mudar significativamente, a partir dos grandes investimentos na educação. A educação muda um município, muda um Estado e muda uma Nação. É por isso que hoje nós recebemos com grande alegria, com grande satisfação o nosso candidato à Presidência da República, Cristóvão Buarque que traz dentro de si, do seu projeto, da sua convicção de vida, o projeto de educação.

Obrigado, Sr. Presidente.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 068/07, subscrito pelo Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, justificando sua ausência das Sessões Plenárias de hoje (02/04/07) até a próxima quinta-feira, dia 05/04/07, por motivo de saúde. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício s/nº, subscrito pelo Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, justificando sua ausência das Sessões Plenárias desde o dia 29 de março, a contar 10 (dez) dias. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 043/07, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente, propondo a isenção da cobrança de taxa de inscrição em concursos públicos estaduais, para pessoas desempregadas. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 044/07, de autoria do Sr. Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente, sugerindo a realização da pavimentação asfáltica do trecho da PR-364, entre o Município de Inácio Martins e o Distrito de Guará, do Município de Guarapuava, totalizando 28 quilômetros de asfalto. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pela Comissão Executiva, designando a Sra. Deputada Rosane Ferreira, para representar esta Casa de Leis no seminário: A UNALE: Participação das mulheres na Política, no dia 04 de abril do corrente ano, na cidade de Brasília. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 04 (quatro), de autoria do Sr. Deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 063/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que obriga as Concessionárias de Estradas de Rodagem a construírem banheiros (masculino e feminino) para os usuários da via pedagiada. **(Publ. no DA nº 004/07, de 01/03/07, em Projetos de Lei).**

O SR. AUGUSTINO ZUCCHI (PDT) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, registre o meu voto contrário, por favor.

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Devidamente registrado o voto contrário do Deputado Augustinho Zucchi.

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 072/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que altera o artigo 2º da Lei nº 15121, de 16 de maio de 2006 (imóvel). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 078/07, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada intermunicipal que liga a sede do Município de Ramilândia à PR-495, no Município de Santa Helena. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 025/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública o Centro Espírita Fraternidade, com sede e foro no Município de Guaratuba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/07, de 26/02/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 025/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, declara de Utilidade Pública o Centro

Espírita Fraternidade, com sede e foro no Município de Guaratuba.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 026/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública o Instituto Paranaense de Arte, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/07, de 26/02/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 026/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, declara de Utilidade Pública o Instituto Paranaense de Arte, com sede e foro na Comarca de Curitiba/PR.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27.03.07.

(aa) DRUVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 067/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação Recreativa dos Membros da 7ª Igreja do Evangelho Quadrangular, com sede e foro no Município de Pato Branco. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 005/07, de 05/03/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 067/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, declara de Utilidade Pública a Associação

Recreativa dos Membros da 7ª Igreja do Evangelho Quadrangular, com sede e foro no Município de Pato Branco.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 098/07, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de Utilidade Pública a Associação San Julian, amigos e colaboradores, com sede e foro na Comarca de Piraquara/PR. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 009/07, de 12/03/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 098/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, declara de Utilidade Pública a Associação San Julian, amigos e colaboradores, com sede e foro na Comarca de Piraquara/PR

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 099/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 006/07, que autoriza o Poder Executivo, por meio do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, efetuar doação de imóvel ao Município de Palmas. PARECERES DA CCJ E COPTC E CAICTM. EM REGIME DE URGÊNCIA. **(Publ. no DA nº 009/07, de 12 /03/07, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 099/07

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de Lei nº 099/07, de autoria do Poder Executivo, consignado por S. Exa. o Governador do

Estado Roberto Requião *Autoriza o Poder Executivo, por meio do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, efetuar doação de imóvel ao Município de Palmas.*

Na justificativa o Governador do Estado do Paraná pela Mensagem nº 006/07 de 02 de março de 2007, encaminha o anteprojeto de lei que *objetiva autorizar o Poder Executivo, por meio do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, efetuar a doação ao Município de Palmas, do imóvel com 24.400,00 m2, parte de área maior, conforme discrimina a matrícula nº 0372, do Registro de Imóveis da Comarca de Palmas.*

A medida contida no plano de lei em referência consulta plenamente aos superiores interesses da sociedade, eis que tal área será utilizada, exclusivamente, na implantação de escola municipal. No anteprojeto de lei em causa consta dispositivo expresso no sentido de que o imóvel retornará ao patrimônio do IAPAR, caso lhe seja dada utilização diversa da prevista.

Fundamentação

Com fulcro no artigo 43 e seus parágrafos, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no que pertine aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Poder Executivo, autor da proposta, estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 099/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 099/07, de autoria do Poder Executivo, autoriza a efetuar a doação de imóvel, através do IAPAR, ao Município de Palmas.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas entende que a proposição irá trazer benefícios ao Município de Palmas, pois no imóvel será implantada uma escola municipal.

Sendo assim, esta Comissão emite seu parecer favorável à Proposição nº 099/07.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.03.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
PÉRICLES DE MELLO - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA
PROJETO DE LEI Nº 099/07

P A R E C E R :

Trata-se de proposição de iniciativa do Poder Executivo que autoriza o IAPAR a efetuar doação de imóvel ao Município de Palmas nos termos que especifica.

Chamada esta Comissão a opinar, verifica-se que se trata de matéria que, por possuir vários desdobramentos, também é afeta e acometida às suas atribuições regimentais.

Por estas razões, esta Comissão, considerando a relevância social do tema, se soma à justificativa que embasa o referido projeto é de parecer favorável a sua tramitação.

Sala das Comissões, em 27.03.07.

(aa) PEDRO IVO - Presidente

LUIZ FERNANDES LITRO - Relator

Em votação.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, votação nominal, nesse projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (**Para Encaminhar**)

Eu tinha solicitado para que esse projeto saísse de pauta, e foi prontamente atendido pelo Deputado Romanelli, Líder do Governo, para que recebesse um parecer da Comissão de Agricultura. Mas, o parecer que me parecia necessário era para saber o seguinte: qual era a ocupação da área? O que estava acontecendo com essa área? Por que estava sendo doada à Prefeitura?

Eu não tenho nada contra a doação, mas, por saber que o Instituto Agrônomo do Paraná é um instituto que tem uma função extraordinária no Estado.

Pois bem, eu apenas gostaria de registrar que retirado o projeto, ele foi para a Comissão de Agricultura. Vá lá. Não temos a TV Assembléia aqui ainda, mas eu vou ler o parecer sobre o Projeto de Lei nº 099/07.

(Lê):

COMISSÃO DE AGRICULTURA
PROJETO DE LEI Nº 099/07

P A R E C E R :

Trata-se de proposição de iniciativa do Poder Executivo que autoriza o IAPAR a efetuar doação de imóvel ao Município de Palmas nos termos que especifica.

Chamada esta Comissão a opinar, verifica-se que se trata de matéria que, por possuir vários desdobramentos, também é afeta e acometida às suas atribuições regimentais.

Por estas razões, esta Comissão, considerando a relevância social do tema, se soma à justificativa que embasa o referido projeto é de parecer favorável a sua tramitação.

Sala das Comissões, em 27.03.07.

(aa) PEDRO IVO - Presidente

LUIZ FERNANDES LITRO - Relator

É uma coisa lamentável. Parecer tem assessoria técnica, não é possível uma coisa como essas. Desculpe-me a franqueza e eu pedi apenas e tão somente para resguardar o IAPAR, porque tem muita gente que olha para o Paraná e diz assim: Nossa, o Paraná continua sendo o maior produtor agrícola deste País!" Mas não sabe absolutamente nada do porquê que isso acontece.

Essas as considerações que tenho a fazer. Voto favorável, já que infelizmente nada mais posso fazer

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação o requerimento do Deputado Antonio Belinati, solicitando a votação nominal.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, sem aqui desmerecer o pedido feito pelo Deputado Belinati, me parece que é um projeto absolutamente normal do Executivo que foi exaustivamente discutido, embora as ponderações do Deputado Zucchi sejam interessantes. Mas penso que encaminharia contra, que se proceda uma votação nominal em relação a esse projeto que trata da doação de um imóvel para o Município de Palmas, num projeto que está fundamentado pelo Executivo. Todos nós aqui conhecemos o Governador Requião e sabemos que para ele assinar essa mensagem ele discutiu e leu muito antes e obteve internamente do Governo os pareceres todos contrários, até porque sabemos como ele trata do interesse público.

Por isso que o nosso encaminhamento é para que essa votação se processe da forma regimental e é um Projeto de Lei Ordinária. Não há necessidade de votação nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa consulta o Deputado Antonio Belinati se efetivamente o Deputado faz questão da votação nominal, se pode retirar o requerimento, para que tenhamos uma votação normal.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Sr. Presidente, tem quinta-feira aqui que aparece pouco Deputado na Sessão. A desculpa é que no final de semana está atendendo à base. Hoje é segunda-feira, um sol quente, um baita calor desses, acho que é justo, que a

opinião pública saiba quais são os Deputados que estão presentes e quais faltaram. O sentido da chamada da votação nominal seria esse.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está portanto em votação o Requerimento nº 661-A de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente, que requer chamada nominal para votação do Projeto nº 099/07.

Os Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

Os Deputados que rejeitam o requerimento queiram levantar-se.

Dezoito Srs. Deputados rejeitam. **Está rejeitado o requerimento.**

Está em votação. Os Deputados que aprovam em 1ª discussão o Projeto de Lei nº 099/07. **Aprovado.**

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 100/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que altera o artigo 1º da Lei nº 13136, de 03 de maio de 2001, que declarou de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Veteranos e Amigos do Basquetebol. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 009/07, de 12/03/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 100/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, altera o artigo 1º da Lei nº 13136, que declarou de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Veteranos e Amigos do Basquetebol.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 127/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Dr. Protásio Lemos da Luz. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 011/07, de 14/03/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 127/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Alexandre Curi, tem como escopo conceder título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Dr. Protásio Lemos da Luz.

Legitimidade

Primeiramente vejamos o que dispõe a Lei nº 13115 de 14/02/01:

Art. 1º O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelos menos dois requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada. (...)

Art. 2º Cabe exclusivamente aos Partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário ou Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.

Conforme se pode depreender do acima transcrito, cabe exclusivamente aos Partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de Cidadão Honorário, de forma que o Parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente projeto.

Constitucionalidade e Legalidade

Pertinente a tal matéria, dispõe a Lei nº 14677 de 2005:

Art. 1º Ficam alterados os parágrafos 1º e 2º, do artigo 2º da Lei nº 13115, de 14 de fevereiro de 2001, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º Cada Partido político poderá apresentar até 8 (oito) projetos de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura:

§ 2º O Partido político que possuir até 03 (três) Deputados representando-o na Assembléia Legislativa só poderá apresentar 04 (quatro) projetos de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura”.

De acordo com a tal lei, o Partido do nobre Deputado não ultrapassou o limite legal de apresentação de projetos de tal natureza, segundo estatística da própria Assembléia Legislativa, das oito a que tem direito, deixando clara a legalidade.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra nenhum óbice frente à Lei Complementar nº 095/98.

Desta forma, em sede de análise prévia esta Comissão opina pela aprovação do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 27.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Alexandre Curi, solicitando o adiamento de votação por 03 (três) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões do Projeto de Lei nº 127/07.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 001/07, de autoria da Comissão Executiva, que altera a redação do inciso I, do artigo 2º do Regimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. NESTE TURNO DISCUSSÃO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/07, de 26/02/07, em Projetos de Resolução).**

EMENDA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/07

Adite-se ao projeto de resolução que altera dispositivo do Regimento Interno.

Art. 1º O parágrafo 4º do artigo 2º do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º...

§ 4º Quando convocada extraordinariamente, a Assembléia Legislativa somente deliberará sobre matéria objeto da convocação, vedado o pagamento a Deputados, a qualquer título, pela realização das Sessões Extraordinárias”.

Sala das Comissões, em 27.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS, TADEU VENERI, CIDA BORGHETTI, LUCIANA RAFAGNIN e ELTON WELTER.

JUSTIFICATIVA:

De grande relevância o projeto de resolução já apresentado pela Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, pois reduz para 55 dias o período de recesso anual.

Com aumento do período legislativo, maior será a produção legislativa e fiscalizadora, tornando-se desnecessária a convocação de Sessões Extraordinárias.

Inegável que a remuneração dos Deputados e a estrutura financeira colocada à disposição de cada gabinete é expressiva. Os Deputados não dependem de pagamentos extraordinários para bem exercer seu mister.

No esforço para o Parlamento reconquistar sua credibilidade junto à sociedade, mais esta medida moralizadora deve ser aprovada.

A vedação ao pagamento pelas Sessões Extraordinárias está relacionada à redução do recesso, pois com tempo maior para as Ordinárias, toda a pauta será votada sem necessidade de convocações extras.

E por último, o Congresso Nacional, ao mesmo tempo que reduziu o recesso parlamentar, aprovou medida vedando o pagamento por Sessões Extraordinárias.

Releva destacar que a mudança do Regimento Interno pode ser considerada inconstitucional, pois o perí-

odo de recesso está previsto na Constituição do Estado do Paraná.

São estes os fundamentos da emenda apresentada.

COMISSÃO EXECUTIVA EMENDA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/07

P A R E C E R :

A presente proposição, de autoria da Comissão Executiva, que objetiva alterar o inciso I, do artigo 2º, do Regimento Interno, recebeu emenda de Plenário de autoria do Deputado Tadeu Veneri.

A emenda visa modificar o parágrafo 4º do artigo 2º, que trata da convocação extraordinária da Assembléia, colocando as expressões “vedada o pagamento, a qualquer título, pela realização das Sessões Extraordinárias.” no texto do inciso.

Chamada a opinar, conforme o disposto no inciso I do artigo 33 do Regimento Interno, a Comissão Executiva apresenta parecer favorável à emenda apresentada ao Projeto de Resolução nº 001/07, pois a modificação pretendida já foi realizada na Constituição do Estado, através da emenda Constitucional nº 20, de 27 de março de 2007.

“Palácio XIX DE DEZEMBRO”, em 29.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 005/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, que modifica o artigo 273 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná (arquivamento de proposições). **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. Aprovado. (Publ. no DA nº 016/07, de 26/03/07, em Projetos de Resolução).**

COMISSÃO EXECUTIVA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 005/07

P A R E C E R :

A presente proposição, de autoria do nobre Deputado Nereu Moura, tem por objetivo alterar o artigo 273 do Regimento Interno da Assembléia, permitir que as proposições de legislatura subsequente, possam ser desarquivadas, mediante requerimento do autor, dentro dos primeiros 180 (cento e oitenta) dias da primeira Sessão legislativa de cada legislatura, retornando a tramitação no estágio em que se encontravam.

Chamada a opinar, conforme o disposto no inciso I do artigo 33 do Regimento Interno, a Comissão Executiva reconhece méritos na matéria, por se tratar de dispositivo que irá possibilitar que as matérias de legislatura subsequente possam receber decisão conclusiva das Comissões Permanentes e do Plenário.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Resolução nº 005/07.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário
LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 607 e 639, de autoria do Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 608 e 609, de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 610 e 642, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 613, 640 e 641, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 619, de autoria dos Srs. Deputados Elton Welter e Waldyr Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 620, de autoria do Sr. Deputado Elton Welter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 621, 656 e 657, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 622, de autoria do Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 624 e 625, de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 626, de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 627, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 629, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 630 e 653, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 646, de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 650 e 651, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 654, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 658, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 660, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 661, de autoria dos Srs. Deputados Reni Pereira, Rosane Ferreira, Pastor Edson Praczyk e Ribas Carli Filho, que compõem o Bloco PSB/PL/PRB/PV, constante do expediente. **Recebido.**

Requerimento nº 649, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente e demais Deputados. Esse pedido nosso é para que tiremos uma dúvida da nossa região sobre a duplicação de uma obra que já vem acontecendo, que é de Maringá a Campo Mourão e que, hoje, tem uma praça de pedágio entre essas cidades.

A nossa dúvida é com relação ao término dessa obra, a previsão de término. Se a obra está parada, se não está, se ela está em andamento, quando que vai terminar e gostaríamos de pedir o apoio do nobre Líder do Governo, que está nesta Casa, para que nos ajude a dar uma resposta à população com relação a este item.

Sei da briga do Governador com a questão do pedágio, mas imagino que isso não possa prejudicar o processo, o andamento da obra, porque com isso quem perde é a população. O pedágio continua existindo, todos nós continuamos pagando e, no entanto, preciso saber se a obra vai acontecer, se está acontecendo, enfim, em que pé está essa obra. Esse é o requerimento.

Gostaria de pedir o apoio do Deputado Romanelli para esclarecer esse fato junto à população.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Eu solicitaria, como temos feito, acho que já há um fluxo funcionando com relação a isso, que o autor do requerimento retirasse o mesmo e encaminhasse à Liderança do Governo para que pudéssemos obter essa resposta. Vai ser enviado ao Secretário dos Transportes e esclarecido esse tema, que é absolutamente procedente, obter essa informação que o Deputado Douglas Fabrício está perseguindo. Parece-me extremamente importante. Então, apenas solicitaria a ele que retirasse o requerimento e encaminhasse à Liderança do Governo, que nós faremos o encaminhamento e apresentaremos a resposta no mais breve espaço de tempo possível.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Esse mais breve tem um número certo de dias?

O SR. LUZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Depende muito. Tenho, às vezes, em três, quatro dias recebido a resposta. Se fosse pela forma regimental, seriam trinta dias depois de protocolado. Estamos começando a agilizar isso.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Tudo bem, Sr. Presidente. Se realmente é importante, quero saber das informações.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeito. Devidamente **retirado pelo autor**.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte.

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 025, 026, 067, 098, 099 e 100/07.

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 001/07.

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 005/07.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 048/07.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações n°s 019 e 020/07.

Apenas um comunicado aos Srs. Líderes de Partidos: teremos uma reunião, logo a seguir, na Presidência da Casa, na sala de reuniões, para tratarmos de assuntos que foram iniciados pela manhã, no que diz respeito à Comissão Parlamentar de Inquérito. Portanto, convido todos os Líderes de Partidos, Líder do Governo e Líder da Oposição que se façam presentes, por favor.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 723/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo

em vista o que consta do processo protocolado sob n° 4131/05, de 01 de junho de 2005, deste Poder:

R E S O L V E :

aposentar, compulsoriamente, a partir de 15 de maio de 2005, data em que completou setenta (70) anos de idade, ROSA LIS MENEGUSSO, matrícula n° 40248, portadora do RG n° 408.251-6-PR, e CIC n° 574.684.279-68, funcionária desta Assembléia Legislativa, admitida em 24 de agosto de 1983, exercendo o cargo de Agente Administrativo, nível 061, nos termos do artigo 40, parágrafos 1° e 3°, inciso I, da Constituição Federal, com proventos mensais calculados de acordo com o artigo 52 e seus parágrafos, da Instrução Normativa n° 004/04-SPS, em dias, na forma do parágrafo 2°, do artigo 53, da citada Instrução Normativa, acrescidos de quatro (04) adicionais por tempo de serviço, de acordo com o artigo 170, parágrafo único da Lei 6174/70, com proventos reajustados na mesma data em que se der os reajustes dos benefícios do RGPS, conforme o artigo 65, da Instrução Normativa SPS n° 003/04, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos da Coordenadoria de Relações Trabalhistas de fls. 41 a 47.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 14.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS -Presidente

ALEXANDRE CURI - 1° Secretário

LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 840/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o Despacho n° 259/07, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, retifica o Ato da Comissão Executiva de n° 723/07, de 14 de março de 2007, deste Poder, que passa a vigorar nos seguintes termos:

R E S O L V E :

aposentar, compulsoriamente, a partir de 15 de maio de 2005, data em que completou setenta (70) anos de idade, ROSA LIS MENEGUSSO, portadora do RG n° 408.251-6, e do CPF n° 574.684.279-68, matrícula n° 40248, funcionária desta Assembléia Legislativa, do Estado do Paraná, exercendo o cargo de Agente Administrativo, nível 061, admitido em 24 de agosto de 1983, nos termos do artigo 40, parágrafos 1° e 3°, inciso I, da Constituição Federal, com proventos mensais calculados de acordo com o artigo 52 e seus parágrafos, da Instrução Normativa n° 004/04-SPS, em dias, na forma do parágrafo 2°, do artigo 53, da citada Instrução Normativa, acrescidos de quatro (04) adicionais, por tempo de serviço, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único, da Lei n° 6174/70, com proventos reajustados na mesma data em que se der os reajustes dos benefícios do RGPS, conforme o artigo 65, da Instrução Normativa SPS n° 003/04, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 41 a

47, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, desta Casa.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 26.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário
LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 843/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7110/05, de 15 de setembro de 2005, deste Poder:

R E S O L V E :

conceder, a ROSEMERY VIEIRA DE ALMEIDA, matrícula nº 119, ocupante do cargo de Consultor Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, lotada na Corregedoria Parlamentar, segundo sua ficha funcional, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, licença especial de seis (06) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 15 de março de 1997 e de 15 de março de 2007, correspondente ao 5º e ao 6º quinquênios. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supracitada lei.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 26.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário
LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 844/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7110/05, de 15 de setembro de 2005, deste Poder:

R E S O L V E :

conceder, a ROSEMERY VIEIRA DE ALMEIDA, matrícula nº 119, portadora do RG nº 1.317.966-PR, e do CPF nº 233.279.609-68, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-04, lotada na Corregedoria Parlamentar, segundo anotação em sua ficha funcional, abono de permanência em serviço, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária, nos termos do artigo 3º, parágrafo 1º, da Emenda Constitucional nº 41, de 31 de dezembro de 2003, a partir de janeiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 26.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário
LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 845/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando que a Lei nº 10692/93 assegura gratificação às atividades que exponham os servidores e condições de insalubridade ou periculosidade, e acatando a conclusão do Laudo Médico nº 008/04, elaborado por Junta Médica, que o órgão oficial deste Poder para emitir laudos periciais,

R E S O L V E :

Art. 1º conceder aos funcionários da Casa, ocupantes do cargo de Dentista, gratificação de insalubridade, no valor de 10% (dez por cento) de seus vencimentos básicos.

Art. 2º Este ato entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 26.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário
LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 846/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1737/07, de 07 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

determinar a Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto do imposto de renda na fonte, dos proventos de LELINGTON LOBO FRANCO, matrícula nº 421, portador do CPF nº 421, portador do CPF nº 075316649-68, aposentado no cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-7, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, com base no Laudo Médico nº 019/07, expedido por Junta Médica desta Casa, e na forma do artigo 39, inciso XXXIII, do Decreto nº 3000, de 26 de março de 1999 - Regulamento do Imposto de Renda - e nos termos do artigo 5º, inciso XIII, da Instrução Normativa nº 15/01-SRF.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02.04.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário
LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 849/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2082/07, de 15 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a DANUTA SABAI, matrícula nº 40024, ocupante do cargo de Consultor Administrativo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, lotada na Coordenadoria da Ata, abono de permanência no valor equivalente a sua contribuição previdenciária, nos termos do artigo 3º, parágrafo 1º, da Emenda Constitucional nº 41, de 23 de dezembro de 2003, a partir da data do pedido.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02.04.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário
LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 037/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9154/06, datado de 23 de novembro de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, na Ficha Funcional de MARIA DE FÁTIMA VITAL, portadora do RG nº 7.582.978-7 e do CIC nº 195.716.311-91, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, sob matrícula nº 40197, admitida em 08 de abril de 1983, ocupante do cargo de jornalista, NUE-02, lotada na Coordenadoria de Divulgação, nos termos do parágrafo 9º, do artigo 201, da Constituição Federal, os tempos de contribuição constantes na Certidão do INSS, em que prestou serviços a: Diário da Manhã, período de 01/03/80 a 29/11/80; Araucária Prefeitura Municipal, período de 18/01/82 a 08/07/82; RBA Propaganda LTDA, período de 01/06/76 a 06/08/76; Kino Filmes Produções Cinematográficas LTDA, período de 01/07/79 a 25/11/79; Centro de Divulgação Cultura, período de 05/02/75 a 10/03/75; Sociedade Cinco de Março LTDA, período de 01/05/75 a 30/08/75, perfazendo o total de 02 (dois) anos, 02 (dois) meses e 29 (vinte e nove) dias de contribuição.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26.03.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 038/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1341, datado de 28 de fevereiro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, DANUTA BASTOS, matrícula

nº 40024, de 15 (quinze) dias, a partir de 15 de fevereiro de 2007, CID. X. N 84-0.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26.03.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 039/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1775, datado de 07 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, CLÁUDIO BONAMIN, matrícula nº 40095, de 30 (trinta) dias, a partir de 01 de fevereiro de 2007, CID. X. M65-4/M77-1.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26.03.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 040/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1776, datado de 07 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, THIRSA RITA ROSSI TIRAPELLE, matrícula nº 40463, de 20 (vinte) dias, a partir de 27 de fevereiro de 2007, CID. X.34.1.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26.03.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 041/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1777, datado de 07 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, ROSELI TEREZINHA T. AIOLFI, matrícula nº 40887, de 90 (noventa) dias, a partir de 21 de fevereiro de 2007, CID. X.32.3. F.43.2.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26.03.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 042/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1992, datado de 14 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, LÍDIA SPEZIA, matrícula n° 40622, de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 09 de março de 2007, CID. X.32.2.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26.03.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA N° 043/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 2075, datado de 15 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, VERA LUCIA DOS SANTOS DE LIMA, matrícula n° 40019, de 30 (trinta) dias, a partir de 21 de fevereiro de 2007, CID. X.32.1.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26.03.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA N° 044/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 2209, datado de 19 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, LEONOR DE CARVALHO CAVALCANTI, matrícula n° 40331, de 30 (trinta) dias, a partir de 15 de março de 2007, CID. X.b-24.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26.03.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA N° 047/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 2275, datado de 20 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, a disposição do Ministério Público do Estado do Paraná, a servidora deste Poder Legislativo, LEDA MARIA BERNARDELLI PALHARES CHESCO, matrícula n° 6272, para continuar prestando serviços no gabinete ministerial da Comarca de Jacarezinho, com ônus para o órgão de origem, até dia 31 de dezembro de 2007.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27.03.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA N° 048/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em

vista o que consta do processo protocolado sob n° 2281, datado de 20 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

colocar à disposição do Governo do Estado do Paraná, o servidor deste Poder Legislativo, NELSON LAMBACH, matrícula n° 7055, para prestar serviços de assessoramento junto à Presidência da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, até 31 de dezembro de 2007, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02.04.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA N° 049/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 2282, datado de 20 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

colocar à disposição do Governo do Estado do Paraná, o servidor deste Poder Legislativo, CHAFFIC ASSEF BUAINAIN, matrícula n° 7002, para prestar serviços de assessoramento junto à Presidência da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, até 31 de dezembro de 2007, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02.04.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Audiência Pública

Ata

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e sete, reuniram-se no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado, para realização de Audiência Pública, sob a Presidência do Deputado Estadual Marcelo Rangel e contando com as presenças da Exma. Deputada Rosane Ferreira, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, do Exmo. Sr. Deputado Douglas Fabrício, do Vereador Paulo Frote, da Comissão das Creches Comunitárias, da Sra. Ada Pires de Oliveira, Presidente da Associação de Centros Comunitários de Educação Infantil, do Sr. Aroldo Haimbecker, Coordenador da AMAS - Associação Menonita em Palmeira, do Sr. Roberto Barbosa, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, da Sra. Carmem Lucia Gabardo, Conselheira do Conselho Estadual de Educação e Presidente da Câmara de Ensino Fundamental, e do Dr. Cleiton Maranhão, Promotor Público, representando o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná, Milton Riquelme de Macedo, quando foi realizado um amplo debate de assuntos ligados à Lei de Diretrizes e Bases da Educação e ao Fundo de Desenvolvimento de Políticas de

Financiamento da Educação Básicas - FUNDEF, conforme notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Ruppel Sotto Maior, lavrei a presente Ata, que será assinada pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(a) MARCELO RANGEL - Presidente

Publicações Administrativas

Despacho Diretor Geral

Requerente: Maria Franco da Luz

Protocolo: 2115/07

Data: 15/03/07

Assunto: Licença Especial

DESPACHO

1) Indefiro, nos termos do parecer do Gabinete da Procuradoria.

2) Ao D.S.E para publicação.

3) Ao D.A para arquivar.

Curitiba, 27 de março de 2007.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Aditivo Contratual

Protocolo: 7812

Data: 04/09/06

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL FOTOGRÁFICO

1º Termo de Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Material Fotográfico

Pelo presente instrumento, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito

público, inscrita no CNPJ sob nº 77.799.542/0001-09, com sede na Praça Nossa Senhora da Salette s/n - Centro Cívico, nesta Capital, neste ato representada pelo Diretor Geral Doutor Abib Miguel, doravante denominada de CONTRATANTE e a Empresa Ticolor Vídeo Foto Som Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 77.986.321/0001-31, neste ato representada pelo sócio gerente o Sr. Manoel Elísio Linhares localizada na Rua Conselheiro Laurindo, nº 502/506, nesta cidade, doravante denominada CONTRATADA, em face do procedimento licitatório autorizado através do Convite nº 089/2005 e protocolado sob nº 5557/2005, de acordo com a Lei nº 8.666/1993, mediante as cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Do prazo contratual - O presente Contrato de Prestação de Serviços ora aditado fica prorrogado pelo período de 01/01/2006 a 31/12/2006.

Cláusula Segunda

As despesas decorrentes do presente contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro - nº 3390.3000.

Cláusula Terceira

O presente instrumento fica fazendo parte integrante, complementar e indissociável do Contrato ora aditado e ficam ratificadas as demais cláusulas de acordo com a Lei nº 8.666/1993 e demais legislações pertinentes à matéria contratual e licitatória.

E por acharem assim justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Curitiba, 03 de janeiro de 2006.

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

MANOEL ELÍSIO LINHARES

Ticolor Vídeo Foto Som Ltda

